



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos

CAPITALISMO DEPENDENTE, CLASSES SOCIAIS E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O DILEMA DA AMÉRICA LATINA EM INTERFACE COM O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL *

AILA FERNANDA DOS SANTOS¹
SHIRLENY DE SOUZA OLIVEIRA²
FELIPE DE OLIVEIRA QUEIROZ³
ALAN DE LOIOLA ALVES⁴
BRENDA SOARES RODRIGUES⁵

Resumo: O presente artigo realiza um resgate do pensamento de Florestan Fernandes, baseado nas contribuições trazidas por sua obra “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, com o intuito de compreender as condições da América Latina e, a partir desses elementos, pensar a particularidade do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro. Com o suporte de uma revisão teórica bibliográfica, a proposta em tela justifica-se pela necessidade de situar a relevância do projeto ético-político profissional, num contexto que confere ao Serviço Social brasileiro particularidades específicas próprias da formação sócio-histórica da América Latina.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; Serviço Social; Projeto Ético-Político.

Resumen: El presente trabajo realiza un rescate del pensamiento de Florestan Fernandes, basado en las contribuciones aportadas por su obra “El Capitalismo dependiente y las clases sociales en América Latina” con el propósito de comprender las condiciones de América Latina y, a partir de estos elementos, reflexionar acerca de las particularidades del Proyecto Ético Político del Servicio Social Brasileño. Con el apoyo de una revisión teórico-bibliográfica, la propuesta presentada se justifica por la necesidad de situar la relevancia del proyecto ético-político-profesional, en un contexto que confiere al Servicio Social brasileño particularidades propias de la formación histórica y social latinoamericana.

Palabras clave: Capitalismo dependiente; Servicio Social; Proyecto Ético-Político.

1. INTRODUÇÃO

* Texto produzido a partir dos estudos realizados pelo projeto de pesquisa intitulado “Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais”. Investigação financiada pela FAPESP, processo 2017/14497-5.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de São Paulo. E-mail: <ailaservsocial@gmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de São Paulo.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

O livro “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”, escrito por Florestan Fernandes (1920-1995), constitui uma importante análise para o pensamento crítico brasileiro da segunda metade do Século XX sobre o processo de modernização burguesa e constituição do capitalismo de caráter retardatário no Brasil.

Trata-se de um compilado de três ensaios críticos elaborados pelo autor no período dos anos de 1969 a 1971 e organizados na obra, respectivamente, através dos seguintes subtópicos “*Padrões de dominação externa na América Latina*”; “*Classes sociais na América Latina*”; e “*Sociologia, modernização autônoma e revolução social*”.

Desse modo, considerando relevante e atual a contribuição teórica de Florestan, o presente texto possui o intuito de sistematizar as principais ideias contidas nos dois primeiros ensaios da obra supracitada, com ênfase nos aspectos concernentes à trajetória econômica e sociocultural vivenciada historicamente pela América Latina, de modo a oferecer subsídios para se pensar a particularidade do Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, a partir de autores como Iamamoto (2015), Netto (2017; 2011), e Silva (2013; 2016).

1.1. Reflexões sobre os padrões de dominação externa e a formação sócio-histórica na América Latina

Historicamente, as nações latino-americanas apresentam-se como produto da expansão da civilização ocidental que se iniciou com a busca pela “Conquista” de novas terras por Portugal e Espanha e se transformou num tipo moderno de colonialismo sistemático e organizado, tendo continuidade, sobretudo, após o momento em que essas nações buscaram sua emancipação. Assim, depreende-se como traço central presente nos países latino-americanos o estabelecimento da persistência dos padrões de dominação externa.

Nesse sentido, Florestan (2009) sinaliza como elemento central de sua análise, a ontogênese da formação colonial enquanto uma expressão da exploração decorrente do processo de acumulação primitiva, que evolui ao

longo do tempo por intermédio do capitalismo e se alia à característica de os países latino-americanos não conseguirem impedir sua incorporação dependente nas dimensões econômica, sociocultural e política.

Em outras palavras, parte-se da análise de que a relação de dependência dos países latino-americanos se inicia com o processo de colonização, mas não se encerra com a ruptura dessa fase colonial. Ao contrário, essa relação de dependência se perpetua ao longo da história, incorporando padrões de dominação externa que estão intrinsecamente ligados ao avanço do capitalismo. Assim,

O capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiada acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do Capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente (FERNANDES, 2009, p. 21).

Considerando tal aspecto, o primeiro tipo de dominação externa refere-se ao “Antigo sistema colonial” o qual é caracterizado pela subordinação ao mundo metropolitano, marcada pela exploração ilimitada das terras latino-americanas a benefício das coroas reais portuguesa e espanhola e dos colonizadores. Esclarece-se que o sistema básico de colonização e de dominação externa foi experimentado durante 03 séculos por quase todas as nações latino-americanas, em que os interesses das coroas reais e dos colonizadores eram institucionalmente preservados e reforçados sob fundamentos legais e políticos, o que possibilitou a incorporação dos povos nativos, mestiços e escravos africanos a essa ordem social pelas vias do trabalho forçado (FERNANDES, 2009).

Outra característica que merece destaque é a peculiaridade da formação social deste período, a qual constituiu-se numa combinação de estamentos e castas em que apenas os colonizadores, sobretudo de linhagem “europeia”, possuíam o poder da estrutura social e impunham domínio e controle sobre as massas (constituídas por nativos, mestiços e escravos), que, por sua vez, formavam a categoria de castas, quando não eram mantidos como extratos dependentes. Assim, tal condição societária permitiu a expropriação

das terras latino-americanas e exploração ilimitada nas dimensões humanas e na esfera da produção⁶.

Não obstante, o segundo tipo de dominação externa, conforme aponta o autor, foi marcado pela desagregação do antigo sistema de dominação colonial, no entanto, havendo a submissão ao controle de negócios de importação e exportação da América Latina, o que se configurou Neocolonialismo. Nessa fase, os países latino-americanos passaram a organizar sua produção com vistas na exportação imediata, as relações econômicas com as nações europeias decorriam mais do interesse no comércio dos itens produzidos pela América Latina, do que no incentivo à produção e seu desenvolvimento local.

Para Fernandes (2009), esta nova forma de colonialismo foi mais produto do acaso que de imposição, uma vez que resultou da incapacidade das ex-colônias disporem de recursos necessários para produzir os bens importados, junto com os interesses dos setores sociais dominantes em manter as atividades de exportação, reafirmando, com isso, os padrões de dominação externa. Nesta fase, foi mais oportuno sucumbir ao papel secundário e dependente através das atividades de exportação, do que alterar toda a estrutura da economia que estava posta desde o antigo sistema colonial.

Já o terceiro tipo de dominação externa, fase posterior a Revolução Industrial na Europa, configurou-se como padrão de dominação Imperialista, enquanto consequência da reorganização da economia mundial, já que as transformações ocorridas pelo capitalismo na Europa transformaram a América Latina em economias periféricas influenciadas econômica e socioculturalmente pelas economias capitalistas centrais, tornando o capitalismo dependente como uma realidade consolidada nos territórios latino-americanos.

Neste contexto, o neocolonialismo da América Latina teve função decisiva, sobretudo porque foi capaz de dinamizar o desenvolvimento do capitalismo industrial, situando as economias dependentes como mercadorias,

⁶ Cabe ressaltar, de acordo com Mazzeo (1988), que o capitalismo adentrou no Brasil justamente por intermédio da estrutura colonial, isto é, com as práticas do escravismo e posterior incentivo a agro-exportação cafeeira, o que lhe conferiu uma característica singular, diferente da expansão capitalista nas formações sociais em países europeus. Assim, desde este primeiro momento, o Brasil e outros países da América Latina inseriram-se na economia mundial em uma posição subordinada e dependente dos polos centrais.

tendo em vista que, o esquema de “importação/exportação” passou a ser integrado pelas atividades de comércio interno impulsionado pela modernização da produção dos setores rurais. Nessa fase, historicamente, as economias latino-americanas foram negligenciadas, se constituindo como economias satélites, das nações europeias.

Por conseguinte, a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos inauguraram o quarto tipo de dominação externa. A partir desta fase, incorporou-se um novo estilo de organização, pautado em novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e, sobretudo, a dominância cada vez mais clara do Capital Financeiro, através do protagonismo dos bancos, consolidando assim, o capitalismo corporativo ou Monopolista.

A despeito disso, é importante destacar, conforme sinaliza Netto (2011), que esta fase monopolista expressa o pleno desenvolvimento do capitalismo em escala global, exprimindo em maiores proporções as contradições fundamentais do Capital, por meio da apropriação privada de riquezas socialmente produzidas, por uma minoria de capitalistas.

Nesta fase, denominada por Fernandes (2009) “Imperialismo total”, os países Latino-americanos encontram-se sob o domínio não apenas europeu, mas também do Japão e, principalmente, dos Estados Unidos. Com isso destaca-se, com base em Mészáros (2003), que a lógica do capitalismo monopolista transformou os Estados Unidos numa superpotência dominante, uma vez que o imperialismo norte-americano atualmente está situado numa posição de dominação política e econômica sobre os países latino-americanos e, com isso, lhes impondo uma relação de dependência instaurada em diversos níveis, desde o cultural, até as influências tecnológicas e midiáticas.

De modo geral, o imperialismo moderno escancara a falta de bases autônomas latino-americanas, nas dimensões econômica e sociocultural, o que denota a supremacia da dominação externa e sinaliza, nas palavras do autor, que “uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços da burguesia [...] o subdesenvolvimento e suas consequências” (FERNANDES, 2009, p. 27-28).

Ademais, essas quatro fases de dominação externa foram caracterizadas por Fernandes (2009) como uma consequência sociocultural experienciada de modo singular por cada país da América Latina. Assinala-se que os únicos países que vivenciaram os quatro tipos de dominação externa foram o Brasil, Chile, México, Argentina e Uruguai. Já os demais países, a exemplo da Bolívia, Haiti, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, Paraguai e Peru viveram apenas os primeiro e segundo tipos de dominação, convertendo-se em economias de enclave e versões modernizadoras da fase colonial.

Por conseguinte, Florestan dá continuidade ao debate do capitalismo dependente, sob o enfoque do papel desempenhado pelas classes sociais na América Latina. Como é sabido, o processo de modernização e constituição do Capitalismo nos países latino-americanos é dado de forma retardatária, tendo sua ontogênese na autocracia burguesa. Fernandes (2009) caracteriza como autocrático o caráter das classes burguesas, por se tomar as decisões do alto⁷, isto é, de modo excludente, em relação às classes trabalhadoras. Esta exclusão de ampla parcela da população é, historicamente, estabelecida como requisito estrutural e dinâmico necessário a estabilidade e ao crescimento de todo o sistema e é incorporada nas dimensões econômica, sociocultural e política.

Seguindo este raciocínio, Porto-Gonçalves e Quental (2012), sinalizam que na América pós-conquista europeia uma nova classificação social e de poder - que posteriormente estendeu-se para o mundo - erigiu-se a partir do trinômio trabalho-raça-gênero. Quanto ao fator raça, os mesmos autores elucidam que esta *noção pseudocientífica* foi fundamental para diferenciar conquistadores e conquistados, e hoje ainda se encontra presente na diferenciação entre dominantes e subalternos.

No processo de formação social da América Latina, práticas econômicas oriundas de períodos pré-capitalistas, tais como escravidão e servidão, não só

⁷Cabe lembrar que, de maneira similar à América de colonização espanhola, cujos processos de independência se deram através das elites *criollas* (PORTO-GONÇALVES & QUENTAL, 2012, p. 12), no Brasil, a independência se deu sob o interesse das elites locais junto do imperador D. Pedro I, que viera ao país ainda pequeno. Entretanto, historicamente, as elites latino-americanas caracterizaram-se, em grosso modo, não como burguesias que buscam concorrer com as burguesias dos países ditos centrais, mas sim, por se contentarem em ser caudatárias destas, justificando o que chama-se de “capitalismo dependente”.

agregaram-se com o trabalho assalariado eminentemente capitalista como também passaram “a estar articuladas em função do capital, constituindo o conjunto de relações de produção que formam o capitalismo emergente” (PORTO-GONÇALVES & QUENTAL, 2012, p. 7).

Não obstante, para Florestan (2009), a burguesia em questão tem sua origem fundada no período colonial e se consolida historicamente, mantendo alguns traços senhoriais e de perfil rural e imigrante, mas é evidentemente marcada pela fragilidade em sua inserção econômica de dependência externa. Assim, em linhas gerais, o autor situa que há classes sociais na América Latina. No entanto, elas se constituem de forma particular a partir do modo de ser do Capitalismo, isto é, dependendo da maneira pela qual ele se objetiva em cada país. Em outras palavras, explicar esse movimento de dominação externa e de como as classes sociais se constituem neste processo requer considerar o próprio movimento do Capital e isso explica a dificuldade de se romper com as relações de dependência.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1 O Serviço Social Brasileiro e o Processo de Reconceituação Latino-Americano

Não é coincidência que o Serviço Social apresenta sua gênese e se institucionaliza como profissão no Brasil e em grande parte da América Latina, marcado no século XIX pela fase do desenvolvimento do capitalismo industrial sob a ordem monopólica do capital, mas não tão somente. Um aspecto crucial a considerar é a particularidade da revolução burguesa brasileira⁸, pois traz características próprias para se pensar e dinâmica do processo de constituição da formação social, permitindo compreender elementos fundantes do Serviço Social brasileiro e também, latino-americano⁹ (SILVA, 2013).

⁸ Destaca-se aqui que não há consenso entre os estudiosos do tema sobre a formação brasileira, mesmo aqueles da mesma tradição teórica aponta divergências.

⁹ Apesar das diferentes mediações, é possível vislumbrar e identificar tendências do Serviço Social latino-americano, vinculadas à gênese da profissão, mesmo não sendo homogêneas.

Os traços comuns de praticamente toda a América Latina são caracterizados pela base econômica colonial, sustentada pela exploração da mão de obra escrava que deram a base e possibilitaram o processo de acumulação primitiva aos países centrais, conformando a constituição do capitalismo retardatário dos países dependentes, pois objetivava-se o enriquecimento externo e não o fortalecimento do mercado interno das colônias. (MAZZEO, 1988; SILVA, 2013; FERNANDES, 2009)

Além disso, a reprodução dessas relações sociais alicerçaram-se na cultura patriarcal e patrimonial que legitimava o padrão de dominação do sistema colonial e, inevitavelmente, reverberam até os dias de hoje, mesmo após o Brasil deixar de ser colônia de Portugal, em 1822. Florestan Fernandes (1987) aponta que com a superação da condição de colônia, a economia dos países subordinados se reorganiza sob as velhas formas de dominação, pois “não se transformou nem se destruiu para gerar o ‘setor novo’”, comportando interesses da aristocracia agrária.

Nesse sentido, Silva (2013) destaca que o processo de industrialização e a formação do mercado interno brasileiro se desenvolveram timidamente e tardiamente pois, a base econômica colonial prevaleceu ao longo do século XIX, quando o capitalismo mundial já iniciava em fase monopólica. Apresentando-se o velho fundido com o novo, ou seja, a burguesia colonial escravista imbricada com o processo de formação do capital industrial. Portanto, a revolução burguesa não se deu pela via clássica, como em países da Europa e sim, pela via colonial, fundindo aspectos da modernização com vestígios do passado colonial e isso traz marcas e particularidades históricas (FERNANDES, 2009).¹⁰

Os trabalhadores assalariados, constituídos majoritariamente por imigrantes, visto que não foram ofertadas condições aos negros recém libertos de acompanhar o processo de modernização, compõem a classe operária que participa do intenso processo de industrialização. Contudo, na medida em que se consolida o mercado interno e o adensamento da ordem monopólica (interna e externa) acompanhada pela autocracia burguesa, cresce ao mesmo

¹⁰ Prova disso foi a tardia lei de abolição da escravatura que, por mais que o “trabalho livre” fosse mais lucrativo ao capitalismo, o Brasil se manteve fortemente na escravidão, legitimando um autocratismo burguês e conservador (RAGO FILHO, 2010, p. 80).

tempo, o exército industrial de reserva e, conseqüentemente, o pauperismo¹¹, resultado da própria produção.

Desse modo, ocorre um desenvolvimento desigual¹² entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, na medida em que cresce a produção de riqueza sob a apropriação privada do capital, aumenta-se as desigualdades sociais e “não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (MARX, 2017, p. 697).

Diante dessas condições históricas, a fim de gerenciar a então chamada questão social¹³ que se “escancarava trazendo consigo as marcas de um país colonial impactado pela revolução burguesa hipertada”, (SILVA, 2013, p. 74) foi que o Serviço Social brasileiro se tornou essencial nessa trama e se legitimou a fim de dar conta dos conflitos sociais que demandavam a interferência do Estado por meio da proclamação da classe operária.

É na tensão entre re-produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que atuam os assistentes sociais, situados em um terreno movido por interesses sociais distintos e antagônicos, os quais não são possíveis de eliminar, ou deles fugir, porque tecem a vida em sociedade. Os assistentes sociais trabalham com as múltiplas dimensões da *questão social* tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade civil na luta por direitos (IAMAMOTO, 2015, p. 160, grifos da autora).

Assim, o Serviço Social pautado em valores cristãos, lidava com a questão social como problema pessoal e moral e as lutas sociais deveriam ser controladas, ou até mesmo eliminadas para a manutenção da ordem. A formação dos assistentes sociais pela primeira escola brasileira de Serviço Social oferecia as bases doutrinárias para que então “educassem as classes operárias dentro dos valores cristãos capazes de influir e negar o

¹¹ Vale destacar que esse processo não se dá sem resistências da classe operária, prova disso foi a realização da primeira greve geral de 1917 (SILVA, 2013).

¹² Para saber mais ler sobre a “Lei geral da acumulação capitalista” tratada por Marx em seu livro “O Capital” (MARX, 2017).

¹³ O termo “Questão Social” foi cunhado por volta por Castel (1998) no marco do reformismo conservador (IAMAMOTO, 2015). Portanto, ressalta-se a necessidade de sua compreensão pela perspectiva crítica relacionada com a “Lei Geral de Acumulação” tratada por Marx (2017).

individualismo e o materialismo” para que pudessem ocupar mercado de trabalho em ascensão (SILVA, 2013, p. 76).

O reconhecimento da profissão com sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho é marcada pela participação necessária e essencial à acumulação capitalista, incorporando práticas filantrópicas (essas com todos os resquícios da ordem colonial, escravocrata e patriarcal), articulando procedimentos técnicos-operativos, burocráticos e administrativos, a fim de serem funcionais à gestão dos conflitos sociais, “desvios” e “patologias sociais” que ganham maior densidade na forma de domínio do capital financeiro, (uma fusão entre o capitalismo industrial e o capitalismo bancário) o que Lênin vai chamar de imperialismo - fase superior do capitalismo (LÊNIN, 2008).

Conforme aponta Florestan Fernandes (2009)¹⁴, a dominação externa imperialista em todo território da América Latina, - salvo suas especificidades nacionais - associa-se a autocracia burguesa a fim de garantir sua dominação. Silva (2013, p. 84) destaca que a autocracia burguesa na América Central e na América Latina, demarcou-se fortemente nos anos 1960 e 1970 através do “uso sistemático da repressão por meio de ditaduras militares reprodutoras da autocracia burguesa”. Essas serão as bases de sustentação de uma Estado antidemocrático, repressivo e um regime ditatorial.

Evidente que esse processo não ocorre sem tensões e pressões de segmentos da classe trabalhadora. Especificamente no Brasil, as forças sindicais e movimento estudantil ocupam as ruas em contestação da ordem imposta que, posteriormente, aprofunda-se com a crise econômica estrutural de acumulação do capital. Contudo, o processo de democratização que estava em curso no Brasil não pretendia uma mudança total da ordem, permanecendo intacta a autocracia burguesa, colocando-se em pauta uma “transição lenta, gradual e segura”, que Florestan (1986) vai chamar de “mudancismo”, adquirindo elementos formais de democracia e conciliação de classes.

É justamente nesse contexto que estão objetivadas as possibilidades de renovação do Serviço Social brasileiro e, amplamente, do processo de reconceitualização do Serviço Social latino-americano.¹⁵

¹⁴ Conforme já tratado na introdução deste artigo as formas de dominação externa.

¹⁵ Ocorrido entre os anos de 1965 e 1975 (não exatamente) impulsionado pelas lutas sociais da época, articulado com a crise estrutural, surge como revisão do aporte teórico-metodológico e

O aprofundamento da sociedade burguesa monopolista impôs a profissão a necessidade de uma revisão do Serviço Social tradicional (da gênese da profissão), de acordo com as exigências do mercado de trabalho. Portanto, coexistem nesse período, tanto as tendências conservadoras que se reatualizam, quanto a aproximação de um diálogo entre tendências mais progressistas (SILVA, 2016, p. 154).

De maneira geral, o processo de reconceituação do Serviço Social não criticou o projeto de monopólio autocrático burguês. Sinteticamente, as matrizes reconceituadoras se assentaram em basicamente três tendências: a *perspectiva modernizadora* (adotando um viés tecnicista e cientificista); a *reatualização do conservadorismo* (assentado na abordagem individual e interpessoal); e a intenção de ruptura (de inspiração marxista, ainda que sua aproximação se deu de maneira enviesada).¹⁶

Nesse sentido, vale destacar aqui as importantes contribuições de José Paulo Netto (2017, p. 294) em contraposição às críticas conservadoras ao processo de reconceituação que “[...] funcionam exclusivamente para legitimar a reposição na formação e na prática profissional, dos padrões de formação anteriores do processo de reconceituação [...]”. Desse modo, apesar dos limites, o movimento de reconceituação foi “uma operação necessária para assegurar as conquistas profissionais efetivas” e ter condições de construir um legado crítico¹⁷ de um projeto de intenção de ruptura que ganha a hegemonia da profissão na medida em que aprofunda-se com o debate com o marxismo no interior das instâncias representativas da categoria que passam a ter lideranças mais progressistas.

prático da profissão como respostas possíveis diante da falência do Serviço Social tradicional. Importante ressaltar que esse processo adquiriu vertentes teóricas heterogêneas expressas pelas particularidades nacionais (NETTO, 2017; SILVA, 2013).

¹⁶ Para saber mais, ler (SILVA, 2013, p. 83-116).

¹⁷ Explicitado na segunda metade de 1980, período que veio a culminar na Constituição Federal de 1988 e muitos outros documentos importantes com vista a garantia de direitos, mas não única e exclusivamente com vistas a efetivação desses direitos. Estavam em curso projetos com interesses distintos e antagônicos que refletiu em uma regulação formal de direitos a classe trabalhadora, por meio das pressões populares, mas também, direitos de interesses burgueses, como propriedade privada. Além disso, as políticas sociais vão sofrer rebatimentos do neoliberalismo que chega fortemente ao Brasil nos anos 90, impondo orientações de uma contrarreforma do Estado, visando atender os interesses capitalistas, orientadas para o mercado (BEHRING, 2008, p. 127).

Importante destacar que por volta dos anos de 1970 ocorreu a refundação do Centro de Estudos Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), hoje chamada Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social (ALAEITS), no qual foi representou um avanço importante para o Serviço Social latino-americano, se posicionando criticamente contra a dependência.

É notório que se faz necessário o fortalecimento do projeto hegemônico (embora não homogêneo) que impõe a profissão um legado crítico de tradição marxista, visto que o processo não está acabado, pois o capitalismo agrava as condições de barbárie diante da mudança mundial do padrão de acumulação flexível trazendo fortes rebatimentos ao mundo do trabalho e agravando a questão social que atinge impiedosamente a classe trabalhadora trazendo ainda desafios e contradições maiores ao Serviço Social.

3. O Dilema da América Latina em interface com o Projeto Ético Político Profissional

Ao refletir acerca das quatro formas de dominação externa, Fernandes (2009) suscita a reflexão sobre quais caminhos podem ser trilhados fora da dependência do subdesenvolvimento, apresentando-se como dilemas para os países da América Latina. Tal reflexão decorre das seguintes indagações: “Como enfrentar o imperialismo, considerando as fragilidades dos países latino-americanos?”. “Poderiam os países latino-americanos atingir realmente a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo?”. Neste sentido, o autor indica duas saídas possíveis para tais dilemas. A primeira delas, consiste em realizar a *revolução dentro da ordem*, o que em outras palavras, significa empreender uma reforma capitalista, dentro do capitalismo, com vistas na implementação de um conjunto de ações que sejam capazes de criar bases concretas para superar a relação de dependência estrutural. A segunda delas, por sua vez, trata-se de se estabelecer uma *revolução contra a ordem capitalista dependente*, sob a reivindicação popular e ruptura radical de orientação socialista. A esta última, Florestan dá maior ênfase, assinalando como caminho para a libertação real

das sociedades latino-americanas e afirmação a necessidade da busca pela construção de uma nova história protagonizada por povos livres e independentes.

Diante disso, considerando as particularidades que permeiam a base da formação sócio-histórica da América Latina, faz-se necessário pensar na materialização do Projeto Ético Político Profissional frente a realidade social na qual estamos inseridos e, principalmente, perante as relações de dependência impostas desde a colonização. É importante destacar que o Projeto Ético Político Profissional, materializou-se em importantes documentos¹⁸ que direcionaram a categoria profissional para um processo de “intenção de ruptura” em tempos de resistência e “abertura democrática”, afirmando nitidamente o compromisso com a classe trabalhadora e assumindo uma direção social expresso nos onze princípios fundamentais do Código de Ética de 1993. Nesse sentido, o Serviço Social brasileiro é considerado um avanço em relação aos demais países, por outro lado, apesar da importância dessas conquistas, o Projeto Ético Político Profissional vem sofrendo constantes ameaças e inúmeras dificuldades para manter sua direção estratégica. Conforme indaga Silva (2013) “Estaria essa ‘direção estratégica’ condenada a esvaziar-se sob o discurso genérico da cidadania e da emancipação política burguesa?”

O desafio posto é o de pensar as mediações do trabalho profissional, objetivado em alternativas concretas que possam contribuir para a emancipação humana¹⁹ e, ao mesmo tempo, ter maturidade teórica para compreender os limites da profissão sem cair no idealismo que se expressa em confundir a profissão com ação política-partidária, acreditando-se que por meio de ações “socioeducativas” unicamente individualizadas é capaz de promover a consciência política das massas de trabalhadores (SILVA, 2013).

¹⁸ O Código de Ética de 1993 (Embora o Código de Ética de 1986 já aponte para uma perspectiva crítica e a luta à favor da classe trabalhadora, ele ganha maturidade teórica em sua revisão, culminando no Código de 1993), a Lei de Regulamentação da Profissão e a Lei de Diretrizes Curriculares são considerados importantes documentos que vinculam o projeto profissional a um projeto societário em direção a uma construção de uma nova ordem social.

¹⁹ Termo utilizado por Marx em seu livro “A Questão Judaica”, contrapondo-se a ideia de “emancipação política” defendida por Bruno Bauer (1843). Embora seja importante esse debate, isso é tema para um outro artigo. Para saber mais ler Marx- A Questão Judaica, 1818-1883 (2005).

Contraditoriamente, o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, conformada na lógica do modo de produção capitalista, possui seus limites em relação a emancipação humana, não sendo possível limitar a transformação revolucionária para o âmbito de uma profissão. Contudo, seria uma fatalidade acreditar na “humanização do capital”. Nesse sentido, o Projeto Ético Político Profissional também se relaciona com dilema da América Latina, apontado por Florestan (2009), pois ele está também dinamizado por essa realidade.

A tradição marxista hegemônica (mas não unicamente) dentro do Serviço Social, enquanto área do conhecimento, oferece condições de se radicalizar a direção social construída ao longo dos anos de 1990. A teoria marxista se faz fundamental para entender as contradições capital-trabalho em uma abrangência transnacional, possibilitando entender cada especificidade latino-americana no âmbito da ciência política e também, no âmbito da realidade profissional do Serviço Social: ora enquanto garantidora de direito, ora enquanto reprodutora da hegemonia burguesa.

Nesse sentido, é necessário ter clareza dos limites profissionais em relação a emancipação humana, mas mantendo-a estrategicamente no horizonte profissional, fortalecendo o legado crítico, assim como também, ter nitidamente expresso os limites da emancipação política nesta sociabilidade.

Ora, é um equívoco atribuir e restringir a emancipação humana à esfera da defesa de direitos, embora defendê-los seja uma necessidade histórica. Ao mesmo tempo, atribuir às profissões e aos profissionais que eles não podem realizar (a emancipação humana) é outro erro messiânico, o que não significa que essas instâncias não tenham nada a contribuir ao acúmulos de forças comprometidas com a emancipação humana [...] (SILVA, 2013, 197- 198).

Esse complexo processo contraditório é essencial para suscitar o debate sobre o limite do exercício profissional, como também, compreender o significado social da profissão em interlocução com a tradição marxista, pois, como aponta Netto (2017) “sem Marx, e sem a tradição marxista o Serviço Social tende a empobrecer-se”, mesmo que “não se constitua uma Serviço Social marxista”, faz-se necessário perseguir o rigor teórico.

Segundo Mauro Iasi (2011), a emancipação humana em Marx consiste na superação do Estado, do capital e do mercado. Nesse sentido, uma

superação da sociedade de classes e da propriedade privada, como também, do trabalho assalariado como meio de vida. Ressalta-se que a análise de Marx em relação a superação do modo de organização capitalista não constitui em um determinismo histórico e sim, de “condições materiais para a extinção das classes e do Estado e não o fortalecimento do Estado burocrático.” (IASI, 2011, p. 75). Nesse sentido, a emancipação humana não se limita a emancipação política, compreendendo a conquista de direitos como etapa para o alcance de uma emancipação maior, assim, “é preciso, portanto saber com qual direção essa defesa de direitos deve ser feita, ocupando ao mesmo tempo, os espaços existentes” (SILVA, 2013).

De acordo com Braz (2011) no período compreendido entre 1960 e 1970, existiu “uma intensa polêmica nas Ciências Sociais [...] a respeito das possibilidades políticas de organização e, portanto, de realização de mediações entre lutas particulares e a luta política mais ampla” (p. 299), na forma partido²⁰. Porém, no cenário atual ocorre “uma *explosão de interesses particulares*” (p. 297, grifos do autor), promovendo o desafio de uma organização política que atue enquanto elemento de mediação universal das várias particularidades existentes (p. 301-302) universalizando e unificando as mais diversas pautas parciais e fragmentadas da classe trabalhadora numa só luta política que abrange e abarque diversos segmentos sociais.

Assim, o tensionamento do Estado pela classe trabalhadora por meio reivindicações de direitos sociais universais se faz uma pauta importante e necessária e o Serviço Social, enquanto profissão que defende valores universais e o compromisso com a classe trabalhadora, contribui também para a materialização desse legado crítico. Nesse sentido, os espaços legítimos da categoria profissional (ENESSO, CFESS/CRESS, ABEPSS), são importantes para o fortalecimento do Projeto Ético Político Profissional que coloca no horizonte a emancipação humana, todavia, compreendendo os limites das discussões de uma profissão, postulando-se então a inserção em outros

²⁰ Quando nos referimos a “partido”, nos referimos a uma organização política não-setorial, com perspectiva de totalidade, não implicando necessariamente com adequações às formalidades da Justiça Eleitoral ou ilusões parlamentares.

espaços de luta como sindicatos por área de atuação, movimentos sociais e amplas lutas revolucionárias sob a perspectiva de totalidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como questão crucial para Florestan Fernandes, o imperialismo monopolista já não se tem mais estabelecida uma dependência jurídico-política formal, característica à formação colonial. Mas, ainda assim, mantêm-se estabelecidas outras formas de dependências, sobretudo de cunho econômico, que carrega consigo o traço da expropriação e acumulação presentes no histórico dos países da América Latina. Nesse contexto, as formas de dominação não são estabelecidas externamente tão somente pois, a dominação externa se conjuga com as relações de dominações internas por meio da autocracia burguesa dos países latino-americanos, que assume o poder e faz funcionar todos os mecanismos para que a burguesia dos países dominantes adentre com seus interesses nos países dependentes.

Considera-se que, embora a América Latina seja uma unidade, os países apresentam particularidades nacionais, mas eles se inserem em uma dinâmica de dominação externa. Portanto, afirma-se que seria incoerente pensar o Projeto Ético Político Profissional dissociado da dinâmica da realidade social que a profissão está inserida, reforçando uma visão endógena do Serviço Social ou até mesmo, atribuindo a ela um caráter messiânico. (IAMAMOTO, 2015, p. 222).

A construção de uma unidade classista não diz respeito a uma construção delegada a uma única profissão, mas sim, a projetos de sociedade construídos por uma direção crítica que questione a organização da sociabilidade burguesa. Tal construção está posta no campo de organização e luta aos movimentos sociais, partidos políticos e diversas organizações da classe trabalhadora que partilham do princípio revolucionário de construção de uma nova sociabilidade.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, se constitui apenas uma dimensão dessa realidade social, mas que pode através de uma perspectiva crítica, com vistas a emancipação humana,

contribuir significativamente nesse processo revolucionário, no qual, nós enquanto classe trabalhadora somos protagonistas.

Atual conjuntura tem sido marcada por um grande avanço da direita nos países latino-americanos, e em específico no Brasil, nos últimos dois anos, essas movimentações orientadas por ideais (neo)liberais e ultraconservadores têm sido intensificadas. Não é novidade que em momentos de crise, o primeiro setor a sofrer cortes é o social, contribuindo nesse sentido, na inviabilização das condições objetivas da classe trabalhadora galgar espaços e construções no sentido da emancipação humana e política.

Portanto, afirma-se que um considerável caminho a se trilhar é a busca por um outro tipo de sociabilidade e compor os espaços da categoria, fortalecendo e valorizando o Projeto Ético Político e ocupando outros espaços amplos de resistência.

É a partir daí que se evidencia a necessidade de outros espaços de luta e resistência que sejam contra-hegemônicos e que pautem em sua radicalidade o fim das classes sociais, da propriedade privada, e diversos outros meios de dominação, coerção e exploração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAZ, Marcelo. **Partido e Revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre a consciência e emancipação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 47-76.

LÊNIN, V.I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, Karl, 1818-1883. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. 1818-1883. **A questão judaica**. Tradutor Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI**: socialismo ou barbárie. São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

NETTO, José Paulo. **Ensaio de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, Santiago-Chile, n. 31, 2012.

RAGO FILHO, Antônio. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio**, Niterói, n. 11, 2010.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Sociedade do Capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate.

GUTIÉRREZ, Teresa Del Pilar Muñoz. (Orgs.). **Política Social e Serviço Social**: Brasil e Cuba em debate. São Paulo: Veras Editora, 2016. p. 147-177.